PROJETO Mulheres na Ciência Política

ABCP
Associação Brasileira
de Ciência Política

PROJETO Mulheres na Ciência Política

Coordenação: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda, Flávia Biroli, Luciana Tatagiba, Vanessa Elias de Oliveira

Comissão executiva: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda

Revisão e finalização: Bianca Florencio

Programação visual: Bruno Maggioni, Contágio Criação

Uma realização da Associação Brasileira de Ciência Política, sob a gestão (2018-2020) de Flávia Biroli (presidente), Fernando Guarnieri (secretário executivo), Luciana Tatagiba (secretária executiva adjunta), Ednaldo Ribeiro, Fabiano Engelmann, Luciana Ballestrin, Maria Dolores Lima da Silva, Mariana Batista, Monique Menezes, Ricardo Fabrino Mendonça, Rogério Arantes, Vanessa Elias de Oliveira.

ABCP
Associação Brasileira de Ciência Política

ENTREVISTAS

1. **Argelina Figueiredo (UERJ)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
2. **Céli Pinto (UFRGS)**, por Luciana Ballestrin (UFPel)
3. **Celina Souza (UNIRIO)**, por Maria Abreu (UFRJ)
4. **Cristina Carvalho Pacheco (UEPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
5. **Denise Paiva (UFG)**, por Fabiana da Cunha Saddi (UFG)
6. **Eliane Superti (UNIFAP)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
7. **Evelina Dagnino (UNICAMP)**, por Flávia Cristina Regilio Rossi (Unicamp)
8. **Gabriela Tarouco (UFPE)**, por Monique Menezes (UFPI)
9. **Lígia Helena Hahn Lüchmann (UFSC)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
10. **Lindijane de Souza Bento Almeida (UFRN)**, por Olívia Cristina Perez (UFPI)
11. **Lourdes Sola (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
12. **Luciana Aliaga (UFPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
13. **Maria Hermínia Tavares de Almeida (USP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
14. **Maria Luzia Álvares (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
15. **Maria Regina Soares de Lima (UERJ)**, por Letícia Pinheiro (UERJ) e Carlos Milani (UERJ)
16. **Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
17. **Maria Teresa Sadek (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
18. **Maria Victoria de Mesquita Benevides (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
19. **Maria de Fátima Junho Anastasia (UFMG)**, por Helga do Nascimento de Almeida (UNIVASF)
20. **Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
21. **Marilde Loiola de Menezes (UnB)**, por Danusa Marques (UnB)
22. **Marlise Matos (UFMG)**, por Breno Cypriano (UFMG)
23. **Marta Arretche (USP)**, por Luciana Martins (UFES)
24. **Mônica Mata Machado de Castro (UFMG)**, por Claudia Feres (UFMG)
25. **Monique Menezes (UFPI)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
26. **Nírvia Ravena (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
27. **Rachel Meneguello (UNICAMP)**, por Luciana Tatagiba (Unicamp)
28. **Raquel Kritsch (UEL)**, por Carla Almeida (UEM)
29. **Sônia Draibe (UNICAMP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
30. **Vera Chaia (PUC-SP)**, por Natasha Bachini (UERJ)

O PROJETO

A Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) tem um compromisso histórico com a compreensão e o aprimoramento da Ciência Política no Brasil. É neste sentido que, no momento atual, se volta para as relações de gênero e analisa as diferentes formas como essas relações estruturam os contornos do nosso campo disciplinar e o exercício da profissão. Nosso objetivo com esse projeto é duplo. Por um lado, buscamos dar continuidade a esforços das diretorias que nos precederam no sentido de resgatar nossa memória institucional. Por outro lado, queremos evidenciar a contribuição das mulheres na construção dos alicerces de nossa disciplina, algo nem sempre devidamente considerado.

O Projeto Mulheres na Ciência Política se iniciou em 2018. Uma de suas frentes, desenvolvida ao longo de 2019, foi a realização de entrevistas com mulheres que atuam na área. São mulheres de diferentes gerações e regiões do país, cujas trajetórias denotam forte compromisso com a construção e consolidação da Ciência Política, por meio das atividades de pesquisa, de ensino e do desempenho de funções administrativas em diferentes âmbitos.

Ao todo, foram 30 entrevistas, que agora tornamos públicas. Contamos com o trabalho e apoio qualificado de 23 entrevistadoras, também da área de Ciência Política, com afinidades teóricas e, em muitos casos, parcerias e proximidade afetiva com as entrevistadas. A todas elas, entrevistadas e entrevistadoras, agradecemos por terem aceitado fazer parte desse projeto, por sua seriedade, compromisso e afabilidade em todo o processo. Nos encontros que resultaram nas entrevistas aqui reunidas, a produção do conhecimento e a afetividade estiveram entrelaçadas. Para nossa Diretoria, essa dimensão do projeto foi algo muito valioso, visto encarnar nossa aposta em uma forma de produção do conhecimento que seja ao mesmo tempo rigorosa e solidária, onde o cuidado de si e o cuidado do outro não sejam contrapostos à produção intelectual, mas seu ingrediente ineludível.

Vemos essas entrevistas como um momento inicial dos esforços da ABCP para reconhecer a relevância das cientistas mulheres e melhor entender quem são, suas trajetórias e se, e como, o fato de serem mulheres toca seu desenvolvimento acadêmico e profissional. Esperamos que outros esforços se somem a esses e mais trajetórias possam ser conhecidas.

Para além da visibilidade, nosso objetivo é contribuir para a reflexão sobre relações de poder no próprio campo. As entrevistas, assim como o livro Mulheres, poder e Ciência Política, organizado pelas coordenadoras do projeto e que será publicado pela Editora da Unicamp no ano de 2020, oferecem diferentes tipos de dados e experiências narradas que permitem identificar vieses e problemas que merecem nossa atenção.

Iniciamos esta breve apresentação mencionando o compromisso da ABCP com a compreensão e aprimoramento da Ciência Política no Brasil. Gostaríamos de finalizar o texto ressaltando que nosso entendimento é que isso envolve a construção de relações mais igualitárias e democráticas, dentro e fora da academia e da disciplina. Há muitos desafios para a produção do conhecimento e, também, para a reinvenção das relações de gênero, de modo que violência, assédio e a reprodução de práticas formais e informais que significam desvantagens para as mulheres sejam superadas.

Flávia Biroli (presidente Abcp)

Fernando Guarnieri (secretário executivo)

Luciana Tatagiba (secretaria adjunta)

Diretoria ABCP 2018-2020

NOTA DA COMISSÃO EXECUTIVA

O Projeto Mulheres na Ciência Política traz a público trajetórias profissionais femininas que marcaram a constituição e a expansão desse campo disciplinar no Brasil. Ao longo dos anos de 2018 e 2019, ele promoveu a entrevista de 30 cientistas políticas brasileiras de diferentes gerações, regiões e instituições. Temos clareza de que se trata de um conjunto muito reduzido de profissionais de uma área cujos esforços de estabelecimento e expansão foram significativamente femininos. Com intenção apenas exploratória – que poderá ser ampliada e aprimorada no futuro – o projeto contemplou mulheres que iniciaram sua formação em fins dos anos 60 e 70 e empreenderam as primeiras ações de institucionalização da Ciência Política no país, mulheres que participaram ativamente do processo de consolidação da Ciência Política nas décadas seguintes e, por fim, mulheres que atuaram na expansão experimentada pela área no Brasil, notadamente nos anos 2000, com a criação de novos programas de graduação e pós-graduação pelo território nacional.

Nessa empreitada, contamos com uma equipe de 23 colegas entrevistadoras que tinham ou tiveram alguma relação prévia com as entrevistadas, seja de orientação, vida profissional em comum, e/ ou afinidade e admiração intelectual. A elas agradecemos a generosa disponibilidade e também o entusiasmo com que acolheram o projeto. A partir de um roteiro semiestruturado proposto pelas organizadoras deste projeto após debate amplo, as entrevistadoras atuaram com liberdade e acrescentaram suas próprias questões às entrevistadas, ao sabor do próprio curso das entrevistas e também de suas cumplicidades com as entrevistadas. O material farto que resultou desse empreendimento coletivo tem traços comuns que permitem estabelecer comparações entre as entrevistas, mas tem também marcas das interações muito particulares entre entrevistadas e entrevistadoras. Na organização do material, além de pequenos textos livres de auto-apresentação das entrevistadas, incluímos também trechos em que as entrevistadoras comentam sua experiência de entrevista e, assim, dividem com o leitor elementos para que possam compreender seu contexto de interação.

Evidentemente, as entrevistas não esgotaram a pluralidade das trajetórias das mulheres partícipes da construção e expansão da área no país e deixaram de fora centenas delas. Entretanto, a preocupação em contemplar diferentes gerações, regiões e filiações institucionais gerou um corpus discursivo multifacetado, rico e suscetível a diferentes perguntas de pesquisa e interpelações analíticas. A expectativa é de que esse material inspire outras iniciativas que ampliem nosso conhecimento sobre a Ciência Política, a presença das mulheres e outros marcadores de desigualdade que fizeram e fazem parte da construção desse campo disciplinar no país.

Carla Almeida

Cristina Buarque de Hollanda

Comissão Executiva do Projeto Mulheres na Ciência Política

Nota introdutória

DANUSA MARQUES

A Professora Marilde Loiola de Menezes e eu conversamos em novembro de 2018 e nosso encontro foi marcado pelo balanço de sua trajetória acadêmica, da qual muitos pontos ainda desconhecia, apesar de nossa longa amizade, e também pelos desafios que o atual momento do país nos impõe enquanto cientistas políticas.

Conversar com Marilde sobre sua formação e início de carreira me trouxe a perspectiva dos constantes desafios de se construir uma trajetória profissional na Ciência Política brasileira sendo mulher e, principalmente, sendo mãe. Como ela nos conta, na entrevista a seguir, apesar dos enormes obstáculos para seu ingresso na carreira terem se dado há muitos anos – quando ela desenvolvia sua pesquisa de doutorado cuidando de três crianças em um país estrangeiro, em uma situação socialmente lida como um plano complementar da família, cujo centro girava em torno da carreira profissional de seu marido –, percebo como essas barreiras continuam um desafio para a minha geração e para aquelas que ainda estão em formação. São muitos os entraves para a maternidade na academia: os relatos atuais de colegas com filhos pequenos na atualidade são assustadores, desde total desconhecimento da licença-maternidade pelas coordenações de programas de pós-graduação até a inaceitável falta de fraldários nas instalações universitárias, o que interdita a circulação de bebês.

Estou certa de que é necessário discutirmos nosso trabalho enquanto pesquisadoras e pesquisadores a partir de uma experiência mais próxima e compromissada com a vida pessoal e o caminho percorrido pelos colegas pesquisadores. Não somos máquinas automatizadas de rodar *scripts*, mas pessoas que têm condições distintas de trabalho necessariamente ligadas às condições de desigualdade que enfrentamos (ou não enfrentamos, para quem usufruiu de seus privilégios) em nosso caminho. Finalmente, isso vem sendo entendido como uma questão evidente, mas até hoje não era e, pelo contrário, era desmerecida. Por isso mesmo, o contexto atual de ataque ao trabalho acadêmico nas universidades públicas brasileiras representa um retrocesso impressionante para a nossa área como um todo.

Auto-apresentação

MARILDE LOIOLA DE MENEZES

Atualmente, sou professora associada do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (Ipol-UnB), unidade acadêmica que dirigi por oito anos (entre 2007 e 2015), e sou pesquisadora convidada do *Centre de Recherches Internationales* (Ceri) da *SciencesPo Paris*. Me doutorei em Sociologia pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS, Paris, França) em 1995 e realizei meu pós-doutorado em Teoria e Filosofia da História no *Centre Louis-Gernet de Recherches Comparées sur les Sociétés Anciennes* (CLGRCSA) da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (2016-2017). Minhas pesquisas se concentram na área de teoria política, com ênfase em temáticas do poder judiciário e da cidadania.

Entrevista

Danusa Marques: *Professora Marilde, muito obrigada por me receber.*

Marilde Loiola de Menezes: Eu que agradeço por essa oportunidade, me senti muito honrada com o seu convite.

DM: *Essa entrevista, como já havia adiantado, passa por sua avaliação sobre a área e sobre a sua própria trajetória enquanto cientista política. Começaria perguntando sobre a sua trajetória profissional. Você poderia apresentar a sua trajetória profissional: sua graduação, seu mestrado, doutorado? Sua trajetória antes de chegar aqui na UnB [Universidade de Brasília], por favor?*

MLM: A minha trajetória não começou exatamente na Ciência Política. Comecei fazendo a graduação em Administração e, posteriormente, fiz o mestrado e o doutorado na área de Sociologia Política. Logo após o doutorado e tendo obtido bolsa recém-doutora do CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico], fiquei bastante tempo trabalhando no departamento de Sociologia da UnB. Depois fiz concurso público e entrei para o quadro de professores do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, em 2002. Posteriormente, em 2007, fui eleita para a direção do recém-criado Instituto de Ciência Política, cargo em que fiquei até 2015. Permaneci na direção do Ipol [Instituto de Ciência Política] por dois mandatos consecutivos e foi um período em que tivemos a oportunidade de promover realizações importantes para o nosso Instituto. Boa parte dessas mudanças foram implementadas graças ao Programa Reuni [Reestruturação e Expansão das Universidades Federais] do governo Lula, que nos permitiu dobrar o número de professores do Ipol. Foi uma grande renovação, pois tivemos a oportunidade de contratar jovens docentes provenientes de diversas regiões do país e do estrangeiro que, de fato, contribuíram para modificar, de forma positiva, o perfil acadêmico do nosso Instituto. Claro que essas conquistas foram realizadas graças ao apoio que tive de colegas que se empenharam bastante na tarefa de estruturação do novo Instituto de Ciência Política. Sem esse apoio, essa contribuição, não teríamos conseguido implementar esse novo projeto para o Ipol. Conseguimos, também, igualmente um prédio para abrigar o nosso Instituto em conjunto com o Instituto de Relações Internacionais[1]. E, claro, as novas instalações fizeram uma diferença enorme no sentido de ampliar e consolidar as nossas linhas de pesquisa.

DM: *Isso acontece simultaneamente ao fortalecimento do doutorado?*

MLM: Exatamente. Logo no início do meu primeiro mandato, houve a seleção da primeira turma de doutorado em Ciência Política[2]. A gestão anterior tinha conseguido a aprovação do processo pelo MEC [Ministério da Educação], pelas instâncias aqui da UnB, mas foi na nossa administração que se

[1] O Instituto de Ciência Política da UnB era localizado na antiga Faculdade de Estudos Sociais Aplicados – FA, que abrigava, além do Ipol, o Instituto de Relações Internacionais e a Faculdade de Direito. Desde 2011, o Instituto de Ciência Política e o Instituto de Relações Internacionais compartilham um mesmo edifício, chamado "Prédio Ipol/Irel", no *campus* Darcy Ribeiro. O antigo edifício da FA é hoje ocupado somente pela Faculdade de Direito – FD.

[2] O doutorado do programa de pós-graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília foi implementado em 2008.

deu a implementação da primeira turma do doutorado – o mestrado já existia há bastante tempo[3]. Dentro dos limites, podemos dizer que, naquela época, tivemos um aporte razoável de recursos financeiros, o que permitiu que nossos professores pudessem participar de colóquios, congressos nacionais e internacionais, bem como consolidar os grupos de pesquisa – como o Demodê [Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades], Resocie [Grupo de Pesquisa Repensando as Relações entre Sociedade e Estado], Lapcipp [Laboratório de Pesquisa em Comportamento Político, Instituições e Políticas Públicas] –, ao mesmo tempo em que o Instituto protagonizava certo destaque em termos de produção científica no Brasil. Claro que as condições atuais são bem diferentes e creio que, no futuro, sem investimentos será difícil sustentarmos essas conquistas em termos da produção e divulgação do conhecimento. Nessa época, também recuperamos a Revista Brasileira de Ciência Política, que foi outro passo importante em termos de divulgação de artigos inéditos no campo das Ciências Sociais.

DM: *Como você avalia os limites na ação de implementação de todas essas mudanças naquele momento?*

MLM: Até me emociono ao pensar naquela época. Claro que tivemos sim dificuldades em operar todo esse conjunto de mudanças, mas elas foram realizadas com muita participação e muito diálogo. Creio que o nosso grande legado foi a consolidação de uma prática de debates que, mesmo diante de uma grande diversidade de ideias, não causaram grandes rupturas no nosso Instituto.

DM: *Sim, esse Instituto é muito diverso.*

MLM: É verdade. Temos sim uma grande diversidade de ideias, sobretudo no que tange à escolha do "perfil ideal" para o nosso Instituto. Isso gera algumas dificuldades, mas, por outro lado, como temos conseguido diálogo dentro dessa diversidade, foram essas limitações importantes que terminaram sendo potencializadas em prol do Instituto.

DM: *Bom, só voltando um pouquinho, ainda em relação à sua trajetória profissional, você disse que a sua graduação foi na Administração e a sua formação de mestrado e doutorado na Sociologia. Estava estudando o seu lattes antes da entrevista e vi que você foi professora da UFC [Universidade Federal do Ceará] e da Universidade Estadual do Ceará [Uece], simultaneamente, na área das organizações, isso entre 1986 e 1992. Como foi essa experiência?*

MLM: Essa foi a minha primeira experiência. Não tinha ainda mestrado e doutorado, era recém-saída da universidade, mas tinha certeza que queria ser professora.

DM: *Sempre foi seu plano A?*

MLM: Sempre foi meu plano A, meu plano B... Quando terminei a graduação, fiquei como professora colaboradora na Universidade Estadual do Ceará e comecei a dar aula. Posteriormente, entrei via concurso público para o quadro permanente de docentes da Universidade Federal do Ceará. Fiquei trabalhando nas duas universidades até cursar o mestrado, que foi decisivo, porque foi nessa época que direcionei meus estudos para a área de Sociologia Política.

[3] O programa de pós-graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília (PPGCP-UnB) foi criado, apenas o mestrado, em 1984.

DM: *E como foi essa transição?*

MLM: Em 1983, cheguei a Brasília em função da transferência funcional do meu marido. Foi então que me submeti à seleção do mestrado em Ciências Sociais no departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Essa decisão mudou completamente o rumo dos meus estudos e foi uma mudança definitiva de enfoque na minha formação acadêmica.

DM: *Você chegou a voltar ao Ceará depois do mestrado?*

MLM: Não. Depois de Brasília, fui morar em Paris, onde cursei o meu doutorado.

DM: *Já foi direto de Brasília para Paris?*

MLM: Sim, continuei meus estudos e fiz o doutorado em Paris na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*. Quando voltei ao Brasil, em 1995, comecei a trabalhar na UnB com a bolsa recém-doutora do CNPq. Depois fui professora visitante e professora substituta. Posteriormente, entrei para o quadro permanente do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília através de concurso público realizado no ano de 2001. Nessa época, as universidades estavam impedidas de repor seus quadros por meio de abertura de concurso público e essa foi a razão pela qual passei bastante tempo até me integrar ao quadro permanente da Universidade.

DM: *Gostaria de fazer uma pergunta sobre as suas áreas de pesquisa. Sei que está desenvolvendo uma pesquisa sobre o Judiciário, mas você tem uma longa caminhada de pesquisa na área de Teoria Política. Queria saber como descreveria as suas principais áreas de interesse de pesquisa e se teve algum fomento específico, uma bolsa específica relacionada a alguma área a que você se dedicou.*

MLM: Quando cheguei aqui no Ipol, uma das primeiras disciplinas que lecionei foi a nossa famosa TPCla: Teoria Política Clássica. Foi a partir dessa época que intensifiquei meus estudos sobre os clássicos da antiguidade. Essa experiência, de certa forma, direcionou bastante minhas escolhas acadêmicas posteriores. A partir daí, dediquei grande parte de minha formação estudando e ofertando cursos de leitura sobre a filosofia política de Hannah Arendt. Nessa época, também coordenei um grupo de estudos sobre a autora – alunos de graduação e mestrado – mas sem financiamento de agências de fomento. Posteriormente, meu interesse de pesquisa foi direcionado para o estudo da cidadania, do ponto de vista da filosofia política. Seguindo ainda essa mesma linha de estudos clássicos, me interessei muito pelo pensamento político de Nicolau Maquiavel. Comecei a estudá-lo, fiz algumas publicações e, posteriormente, me integrei ao grupo de docentes que leciona Teoria Política Moderna.

DM: *E a sua pesquisa sobre Judiciário, como você está organizando, desde quando está nessa agenda de pesquisa?*

MLM: Estou a três anos trabalhando com essa questão do Judiciário. Nesse momento, estamos tentando mapear a produção científica sobre Judiciário na área específica da Ciência Política que, diga-se de passagem, ainda é bastante modesta. Essa produção só começa a se intensificar a partir dos anos 1990. Até então, o Judiciário era estudado de forma mais expressiva pelos cursos de Direito. A Ciência Política se dedicou, tradicionalmente, ao Legislativo, com menos intensidade ao Executivo e atualmente podemos observar certo interesse pelo Judiciário.

DM: *Delegamos aos pensadores do Direito?*

MLM: Sim, aos pensadores do Direito! A nossa produção científica sobre o Judiciário chega ao Brasil tendo como grande influência os estudos avançados nos Estados Unidos sobre a judicialização da política. Outro aspecto importante que impactou os estudos do Judiciário no Brasil foi o "julgamento do mensalão", em 2012. Os ministros do STF [Superior Tribunal Federal] passam a ter uma grande popularidade, sobretudo em função das transmissões das sessões do judiciário pela "TV Justiça". Durante esse processo, o protagonismo do ministro Joaquim Barbosa, em seus embates acalorados com o ministro Ricardo Lewandowski, foi muito marcante e creio que esse evento também colaborou para despertar o interesse de um maior conhecimento sobre o Judiciário.

DM: *Agendou, não é?*

MLM: Agendou. Mas esse fenômeno não é só nosso. O protagonismo do Judiciário não é um fenômeno exatamente brasileiro, é um fenômeno que está acontecendo nas democracias ocidentais. Diante do desgaste progressivo da representação política, a legitimidade do regime democrático vai se deslocando – eu diria que de forma perigosa – para o poder Judiciário. No Brasil isso é agravado, sobretudo, a partir da operação lava-jato, que – a despeito dos benefícios em relação às investigações sobre a corrupção no Brasil – teve igualmente como efeito colateral a crescente desqualificação dos políticos e do sistema político como um todo.

DM: *Discutimos muito a accountability, o controle público em termos de Executivo e Legislativo, mas o nosso debate, na Ciência Política, em relação à accountability no Judiciário, é pequeno.*

MLM: É mínimo. Podemos identificar a produção de alguns artigos sobre *accountability* no Judiciário, mas essa produção ainda é muito modesta. Nessa temática, a produção recente é mais voltada para a análise do Conselho Nacional de Justiça e sua capacidade em funcionar como controle externo do Poder Judiciário. Especificamente sobre a ação do CNJ [Conselho Nacional de Justiça], os resultados apresentados pelo grupo de pesquisa que coordeno não foram muito animadores.

DM: *Sobre suas principais influências, você citou Hannah Arendt e me lembro de quando você coordenava um grupo grande que discutia a obra de Hannah Arendt. Além dela, quais são as principais influências em seu trabalho, em termos de autores, autoras, teorias, obras?*

MLM: Atualmente, estou muito ligada nessa literatura do Judiciário, mas em termos de um pensamento clássico, estou voltada e estudando bastante o [John] Stuart Mill que, para mim, é um liberal à parte, deveríamos estudá-lo com mais profundidade.

DM: *Concordo muito com você.*

MLM: Aqui no Instituto de Ciência Política, ele ainda é pouco estudado, mas acho que, no momento, estamos desenvolvendo uma certa curiosidade pelo estudo dos clássicos e, dentre eles, Stuart Mill. Além de defensor dos direitos liberais, Mill foi um dos precursores no estudo sobre "A sujeição das mulheres", o que coloca o autor como um dos pioneiros a apresentar um corte de gênero em suas discussões.

DM: *Tem uma parte dessa pesquisa da ABCP [Associação Brasileira de Ciência Política] que está bastante interessada em entender as relações entre a trajetória acadêmica e a vida privada das cientistas políticas brasileiras. Como a sua trajetória profissional foi afetada pela sua vida privada e vice-versa**?***

MLM: A minha trajetória profissional, na verdade, seguiu lado a lado da minha trajetória doméstica. Quando o meu marido veio para Brasília, tive a oportunidade de cursar o mestrado na área de Sociologia Política aqui na Universidade de Brasília. Depois, ele assumiu um posto no exterior, em Paris, e essa oportunidade me deu possibilidade de fazer o meu doutorado na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS). Na verdade – mesmo seguindo uma trajetória bastante convencional e que era comum em relação às mulheres da minha época – tive sorte de poder fazer minhas escolhas profissionais, visto que as mudanças que ocorreram na vida privada me levaram a conhecer grandes centros de conhecimento no domínio das Ciências Sociais.

DM: *Mas seu marido também é um acadêmico?*

MLM: Na época, não. Hoje ele também é professor da UnB.

DM: Ah*, naquele momento não era?*

MLM: Naquele momento não, ele era funcionário internacional da Unesco [Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura] em Paris. Durante onze anos que moramos em Paris, fiz meus estudos de doutorado, mas me ocupando, também, com a educação dos filhos. Somente quando voltamos, em 1995, é que tive condições de dar início à minha vida profissional acadêmica. Durante todo esse tempo, vamos dizer assim, "eu não trabalhava".

DM: *Como se não fosse trabalho, não é?*

MLM: Pois é. Infelizmente era dessa forma que as pessoas viam o meu trabalho enquanto morava no exterior. E, também, para não dar muitas explicações, já estava me acostumando a dizer "sim, eu não trabalho".

DM: *Quantos anos as crianças tinham quando você estava no doutorado?*

MLM: O mais velho tinha dez, a do meio tinha seis e a mais nova, quatro anos. De qualquer forma, já estavam grandinhos, já dava para conversar, explicar minhas ausências e minha necessidade de também me dedicar aos estudos.

DM: *Como eram os serviços públicos de cuidado da França? Acredito são bem diferentes do Brasil. Você acha que foram fundamentais?*

MLM: Sim. A existência de um aparato de serviços públicos que me permitisse deixar as crianças o dia inteiro na escola sem me preocupar com alimentação, segurança, foi fundamental para que pudesse desenvolver meus estudos. Certamente, se estivesse aqui no Brasil, não teria as mesmas condições de trabalho que tive quando morava na França.

DM: *Quais são as principais diferenças que você observa, que pontua, da trajetória de colegas da mesma geração que você, mas que são homens?*

MLM: Na minha época, havia uma divisão bem demarcada do trabalho doméstico. O pai assumia a função de provedor, dando o sustento da casa, e nós, mulheres, cuidávamos da educação das crianças ao mesmo tempo em que "teimávamos" em ser profissionais. Mas hoje em dia já podemos ver um avanço substancial em relação à divisão do trabalho entre homens e mulheres. Tenho filhas e filho e vejo que há uma diferença significativa em relação à minha geração.

DM: *Na divisão do trabalho doméstico?*

MLM: Na divisão do trabalho doméstico e também na participação, na formação e educação dos filhos. Mas é certo que ainda temos muito que conquistar. Ainda hoje em dia, século XXI, são as mulheres as principais responsáveis pela administração do lar e da educação das crianças. Os pais, de uma maneira geral, "ajudam". E o fazem de maneira esporádica...

DM: *Não é responsabilidade cotidiana.*

MLM: É isso: ainda não é uma responsabilidade dividida – meio a meio – no cotidiano. Por outro lado, uma parte desse comportamento pode ser explicada pela forma como se organiza o trabalho. Só pegando um exemplo: no Brasil, a mulher, quando tem filho, poderá ficar entre quatro e seis meses em casa, para tomar conta da criança. Creio que se conquistássemos esse mesmo direito aos homens, poderíamos criar condições objetivas para uma maior participação dos pais em relação às tarefas domésticas e à educação das crianças.

DM: *Como você avalia a sua condição de ser uma mulher acadêmica, além de ser especificamente cientista política? Como você avalia o impacto de ser mulher na Ciência Política?*

MLM: Creio que quando comecei minha vida profissional, não houve exatamente essa fragmentação entre a "cientista política" de um lado e a mulher, dona de casa, do outro. Creio que o doméstico entra na academia e a academia entra no doméstico. Infelizmente, parte dos homens carece dessa rica experiência que nos proporciona o ambiente doméstico. O processo de aprendizado é também um processo de troca, de afeto, que, de certa forma, levamos para a sala de aula, para a relação com nossos orientandos e na forma pela qual conduzimos as nossas pesquisas. Creio que essas duas dimensões – profissional e doméstica – podem ser integradas e se tornam dimensões importantes na nossa vida profissional, efetiva.

DM: *Como você percebe esse movimento, que vem ganhando cada vez mais importância, de demandas relacionadas à igualdade de gênero dentro do mundo do trabalho, e, inclusive, na academia, nas universidades, aqui na UnB? Por exemplo, o debate sobre assédio moral, sobre assédio sexual, sobre divisão sexual do trabalho. Como você avalia esses processos?*

MLM: Atualmente, estou tendo oportunidade de coordenar o grupo de combate ao assédio aqui no Ipol, do qual você também faz parte. Esse assunto também está sendo discutido no Consuni [Conselho Universitário], em que sou representante. Mas, claro, é um momento de grande indefinição, até porque boa parte da comunidade acadêmica sente dificuldade em lidar com questões ligadas a assédio sexual, assédio moral, racismo, no sentido de formulação de uma política universitária que leve em consideração essas velhas questões que só agora estão sendo parcialmente enfrentadas.

DM: *Você acha que tem um corte geracional nisso?*

MLM: Certamente. Só agora essas questões estão entrando no debate, não somente na academia, mas no cotidiano das pessoas. Não gosto de dizer a expressão "no meu tempo", mas é verdade que nessa época tais assuntos não eram discutidos, visto que "não havia racismo no Brasil" e se alguma mulher denunciasse a prática de assédio sexual, em boa parte dos casos, ela seria considerada culpada por ter "provocado" o homem.

DM: *E você, particularmente, já enfrentou alguma situação difícil por ser mulher no exercício da sua profissão?*

MLM: Não sei relatar... Certamente devo ter passado, mas você internaliza tanto a sua condição de mulher que só depois que se dá conta, por exemplo, que em uma discussão você queria falar e alguém não deixou, ou que você mesma não se permitiu. Na academia, fatos como esses acontecem, mas isso tudo passa com uma certa sutileza que, em muitos casos, demoramos a perceber.

DM: *É superdifícil conseguir construir um ambiente que seja igualitário em sala de aula. Acho que em um grupo de pesquisa é mais fácil, porque tem menos pessoas, tem mais proximidade, mas em sala de aula é muito difícil.*

MLM: É superdifícil e esse é um desafio para qualquer educador. Por outro lado, esse debate precisa ser enfrentado: é responsabilidade do professor estimular um ambiente que promova a igualdade em sala de aula. Por exemplo: mesmo nos tempos atuais, em que o nível de formação das mulheres se iguala ou mesmo supera a formação dos homens, qual seria a razão pela qual as meninas falam tão pouco em sala de aula? São questões que precisam ser evidenciadas, discutidas, para que possamos superá-las.

DM: *Se for proibido de falar sobre isso então... Fica mais difícil.*

MLM: No meu tempo essas questões não eram colocadas e os homens eram praticamente detentores da fala em público. Isso era "natural". Temos que "desnaturalizar" essa capacidade "intrinsecamente" masculina, mostrando às mulheres que podemos ultrapassar essas barreiras começando, por exemplo, por falar, discutir, se colocar em sala de aula. Esse poderia ser um bom começo.

DM: *Também falo a mesma coisa: treina aqui, senão você não vai passar na entrevista de emprego.*

MLM: Sim, se não conseguir se expressar, não passa. Mas é uma tarefa difícil, porque esses preconceitos estão internalizados em boa parte de nós, mulheres, em boa parte das nossas alunas.

DM: *Acho que isso é um trabalho fundamental. Várias alunas, anos após eu ter falado isso, disseram que foi muito importante para elas pensar sobre esse problema quando estavam no começo da formação, porque não se sentiam à vontade.*

MLM: Sobretudo no primeiro semestre. O primeiro semestre é fundamental, você tem que estimular as meninas a entrarem na discussão acadêmica. No geral, as meninas chegam mais tímidas do que os rapazes.

DM: *É. E isso também faz parte do acolhimento que temos que fazer enquanto professoras.*

MLM: É nossa responsabilidade agir dessa forma.

DM: *Enquanto fez o seu trabalho na administração aqui no Instituto, antes até de ser diretora, você foi coordenadora do curso de graduação em Ciência Política entre 2002 e 2006, por quatro anos – e inclusive fez a última reforma curricular, o que é sempre um desafio, porque ninguém consegue fazer e você logrou êxito nisso. No último encontro da ABCP, em agosto de 2018, houve o fórum de cientistas políticas. A professora Gabriela Tarouco, da Universidade Federal de Pernambuco [UFPE], estava na mesa e*

apresentou alguns dados sobre o programa de pós-graduação da UFPE. Ela mostrou que a produção das mulheres era mais alta do que a dos homens em termos de publicação, mas também a ocupação de cargos administrativos era mais alta entre as mulheres e que a coordenação de graduação era vista como uma responsabilidade das poucas professoras do departamento. Fiquei aqui pensando como foi a sua passagem pelo cargo de coordenadora de graduação. Havia também essa visão de que a coordenação de graduação é um trabalho feminino? Porque também fui coordenadora de graduação, a professora Graziela [Teixeira] foi, saiu, e é a atual coordenadora.

MLM: Só para concordar com essa tese, aqui no Ipol só teve um coordenador de graduação nos últimos anos, o professor André Borges. A razão pela qual esse cargo está sendo tão feminizado é que seríamos "mais sensíveis". E creio que somos. Nesse caso, os homens precisam então trabalhar melhor suas empatias, suas sensibilidades.

DM: *Só teve um? Não me parece que isso seja discutido.*

MLM: Não foi discutido, em termos de gênero não. É como se fosse uma coincidência.

DM: *Ah, uma incrível coincidência.*

MLM: É, uma incrível coincidência.

DM: *Você acha que os colegas não estão dispostos?*

MLM: Não, tem aquela história do "não tenho tempo", "não me sinto apto". Na verdade essa função significa tirar uma parte do seu tempo para compartilhar com a administração: montar lista de oferta, reuniões, receber os alunos... E essa capacidade de "arranjar um tempinho" é verdade que nós, mulheres, somos "especialistas".

DM: *Quando você estava na direção, nos seus oito anos na direção do Ipol, também era assim? Você também tem essa leitura? Porque já é um cargo de liderança do Instituto que tem status, que gerencia orçamento...*

MLM: Creio que, mesmo assumindo um cargo com *status* de direção, havia uma enorme expectativa da minha parte de que eu estava lá para resolver todos os problemas e não podia falhar. Acho que essa atitude está internalizada a partir de uma certa "lógica feminina" que me foi tão bem introjetada. Por outro lado, foi uma experiência muito rica para mim e tive muita satisfação durante o período que estive na administração do Ipol.

DM: *Sim, foi um momento de reconstrução... E na época em que estava na direção, uma mulher na direção do Instituto de Ciência Política – hoje temos uma reitora, a Márcia Abrahão Moura, mas é a primeira na história da universidade –, como era a sua relação com as instâncias universitárias superiores, com outros diretores, com a reitoria?*

MLM: Em relação às instâncias superiores, posso afirmar que o fato de ser mulher na direção de um Instituto não afetava substancialmente no dia a dia do nosso trabalho e na tomada de decisões. Por outro lado, é visível que há uma preponderância masculina nas intervenções dos Conselhos Superiores e mesmo durantes as reuniões ordinárias. Creio que no ambiente acadêmico talvez essas diferenças não sejam tão perceptíveis, sobretudo no exercício de cargos de destaque na hierarquia universitária.

DM: *Para terminar, queria saber como você avalia os caminhos da Ciência Política nas últimas décadas. Sei que o exercício de futurologia é difícil, mas estamos em uma situação de ataques às universidades, ao pensamento crítico, inclusive a colegas nossos. Como você vê a situação atual, o que acha que vai acontecer e se é possível nos protegermos?*

MLM: Estamos em um momento em que o pensamento crítico, a Ciência Política e as Ciências Sociais correm risco. Por outro lado, as Ciências Sociais do Brasil já conseguiram formar um corpo de acadêmicos, intelectuais, professores com produção científica de relevo que poderão servir como base importante para reflexão sobre o discurso dominante contra a Universidade Pública e todas as conquistas que obtivemos até então: consolidação dos cursos de Mestrado e Doutorado no país, sistema de cotas nas universidades e continuidade do sistema de ensino público, de qualidade e gratuito. Nesse processo, gostaria ainda de ressaltar o trabalho realizado pela Associação Brasileira de Ciência Política no sentido de organizar e estruturar a disciplina, de promover o intercâmbio de ideias e teses inovadoras da Ciência Política brasileira.

DM: *Há algo que você queira acrescentar, do que conversamos? Obrigada pela entrevista!*

MLM: Gostaria apenas de agradecer, mais uma vez, por ter essa oportunidade de conversar sobre a minha trajetória pessoal e a minha carreira profissional no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Muitíssimo obrigada!